



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 23 a 27 de abril de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[CCJ aumenta pena para lesão corporal, ameaça e desacato contra médicos](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou proposta que aumenta em 1/3 as penas para os crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação), de lesão corporal, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra médicos e demais profissionais da área de saúde no exercício da profissão. São acrescentados dispositivos ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), ao Projeto de Lei 6749/16, do deputado Goulart (PSD-SP), e ao PL 7269/17, apensado. O relator não fez mudanças no projeto original. Segundo ele, apresentou substitutivo apenas para que a proposta apensada também fosse aprovada.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão especial discute parecer sobre combate ao homicídio de jovens](#)

A Comissão Especial de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15 e apensados) reúne-se nesta tarde para discutir o parecer da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ). O texto ainda não foi apresentado. No mês passado, o presidente da comissão, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que o relatório traria estratégias descentralizadas para municípios, estados e a União.

[Comissão especial aprova criação de plano para combater homicídio de jovens](#)

A Comissão Especial de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens aprovou a criação de um plano nacional para combater o assassinato desses jovens, com a previsão de políticas públicas para proteger prioritariamente a população negra e pobre. Entre as metas do plano, estão a redução do índice de homicídios no Brasil para menos de 10 por 100 mil habitantes; a redução da letalidade policial e da vitimização de policiais; o aumento, para 80% dos casos, da elucidação dos crimes contra a vida; e a implementação de políticas públicas afirmativas nas localidades com altas taxas de violência juvenil.

1.3 POLÍTICA

[Polícia Federal faz operação de busca e apreensão em gabinete de deputado](#)

A Polícia Federal fez nesta terça-feira (24) uma operação de busca e apreensão no gabinete na Câmara e no apartamento funcional do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE). Foram levados documentos e discos rígidos de computador. Em nota, o parlamentar disse que está à disposição das autoridades e que confia na Justiça.

A PF informou que policiais cumpriam oito mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva expedidos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, para apuração de “atos relacionados à obstrução de Justiça supostamente praticados por parlamentares em investigação em curso no STF”.



Maia defende diálogo após juíza negar diligência de deputados em Curitiba

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, defendeu nesta terça-feira (24) o diálogo entre Legislativo e Judiciário para resolver impasse entre um grupo de deputados e a juíza federal Carolina Moura Lebbos. Na segunda-feira (23), como responsável pela execução penal em Curitiba, a juíza negou autorização para diligência da comissão externacriada para verificar as condições em que se encontra preso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Comissão que discute novo Código de Processo Penal escolhe presidente

A comissão especial que debate o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10 e apensados) reúne-se nesta terça-feira (24) para a eleição do presidente do colegiado. A comissão também iniciará o debate prévio da minuta de substitutivo apresentada pelo relator-geral, deputado João Campos (PRB-GO). Na última reunião a minuta de substitutivo foi apresentada, mas não houve eleição do presidente devido ao início da Ordem do Dia. A proposta em análise reúne mais de 252 projetos sobre o tema e surgiu de uma comissão formada por juristas e senadores. O texto atualiza o CPP atual (Decreto-Lei 3.689/41), que é de 1941, e já foi aprovado no Senado.

CCJ aprova pena maior para homicídio quando vítima estiver sob proteção da Lei Maria da Penha

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou nesta terça-feira (24) proposta que aumenta em até 50% a pena do acusado por violência doméstica que matar a mulher quando ela já estiver sob proteção da Lei Maria da Penha (11.340/06). O texto ainda será analisado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. O objetivo é agravar a punição do homem que, depois de agredir a mulher, vier a assassiná-la enquanto as medidas protetivas da lei Maria da Penha estiverem em vigor por determinação da Justiça.

Lei do Femicídio será debatida na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher promove hoje uma audiência pública para discutir a aplicabilidade da Lei do Femicídio (13.104/15) e avaliar os resultados das políticas públicas do governo federal no combate à violência doméstica. Foram convidados para o debate: - a consultora técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde, Cheila Marina de Lima;

Câmara dispensa usuários de próteses metálicas de passarem por portais magnéticos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, em caráter conclusivo, projeto que dispensa usuários de marca-passô ou próteses metálicas de passar pelos equipamentos de detecção de metais que empreguem radiação eletromagnética (PL 1993/15, da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)). O texto segue agora para o Senado, desde que não haja recurso para que seja analisado pelo Plenário da Câmara. Hoje, não existe uma lei específica sobre o tema. Locais que usam o dispositivo definem as condições do acesso dessas pessoas por meio de comunicados ou regulamentos internos.

CCJ aprova aumento de pena para homicídio contra guarda municipal e agente de trânsito

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 2530/15, do deputado Hélio Leite (DEM-PA), que aumenta a pena para os crimes de homicídio e lesão corporal quando praticados contra integrantes da guarda municipal e agentes de trânsito no exercício da função ou em decorrência dela.



A proposta, que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), também aumenta a pena para esses crimes quando praticados contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau dos integrantes da guarda municipal ou dos agentes de trânsito, em razão dessa condição.

1.5 RELAÇÕES EXTERIORES

Comissão de Relações Exteriores debate uso de armas químicas e biológicas

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realiza audiência pública nesta manhã para debater a questão das armas químicas e biológicas. O encontro atende requerimento apresentado pelos deputados Vinícius de Carvalho (PRB-SP) e Delegado Edson Moreira (PR-MG).

Os parlamentares lembram que, recentemente, a ameaça das armas químicas e biológicas voltou à tona no episódio acontecido na cidade inglesa de Salisbury, onde um ex-oficial de inteligência militar e sua filha foram envenenados com um agente neurotóxico de uso militar. Além disso, nos últimos dias, os governos dos Estados Unidos e da Síria trocaram acusações sobre o uso de armas químicas contra rebeldes que ocupam o território sírio.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (30)

8 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow 2018). Ribeirão Preto (SP)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (1º)

9 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow 2018). Ribeirão Preto (SP)

QUARTA-FEIRA (2)

9 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow 2018).
Ribeirão Preto (SP)

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Eleição de presidente e vice-presidente.
Plenário 6

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 13



10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 9

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

10 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 7

10 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 12

11 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3

13 horas

Votações em Plenário

Entre outros itens, está na pauta o projeto de lei (PLP 441/17) que torna obrigatória a participação de todos os consumidores no cadastro positivo.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

14 horas

Comissão do Esporte

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 4

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Apresentação, discussão e votação dos pareceres preliminares referentes aos processos 20/18, contra o deputado João Rodrigues (PSD-SC); e 23/18, contra o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ).

Plenário a definir

14h30

Comissão Especial sobre a Privatização da Eletrobrás (PL 9463/18)

Audiência Pública para debater os impactos da desestatização sobre as tarifas de energia elétrica.

Foram convidados o secretário-adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Ildo



Wilson Grudtner; e o diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Roberto Pereira D'Araújo.

Plenário a definir

17 horas

Sessão do Congresso Nacional

Estão na pauta o Projeto de Resolução do Congresso (PRN) 3/2017 e matérias orçamentárias.

Plenário Ulysses Guimarães

Após a Sessão do Congresso

Votação em Plenário

Proposições remanescentes da sessão anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (3)

9 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow 2018). Ribeirão Preto (SP)

9 horas

Comissão Especial sobre a Unificação das Polícias Civis e Militares

Seminário Internacional sobre Unificação das Polícias Civis e Militares.

Auditório Nereu Ramos

9 horas

95) Seminário para debater o PL 6814/17, que propõe uma nova lei de licitações.

Aracaju(SE)

9 horas

Votação em Plenário

Proposições remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Educação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 10

10 horas

Comissão de Cultura

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 8

10 horas

Comissão de Turismo

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 5

SEXTA-FEIRA (4)

9 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow 2018). Ribeirão Preto (SP)

9 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães



14 horas

95) Seminário para debater o PL 6814/17, que propõe uma nova lei de licitações.
Campo Grande (MS)

15 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia do Contabilista.

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/555786-AGENDA-DA-SEMANA.html>



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Comissão debaterá MP que criou Ministério da Segurança Pública

A Comissão Mista que examina a Medida Provisória 821/2018 realiza nesta quarta-feira (25), a partir das 14h30, sua primeira audiência pública. Publicada em 27 de fevereiro, a medida provisória dividiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública em dois ministérios distintos: o da Justiça e o Extraordinário da Segurança Pública.

Foram convidados o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, que foi ministro da Justiça e da Segurança Pública e também secretário de Segurança Pública de São Paulo; o ex-ministro da Justiça Eduardo Cardozo, além de representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, do Ministério da Justiça, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Lei do Femicídio será debatida na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher promove audiência pública na quarta-feira (25), às 14h30, para discutir com especialistas a aplicabilidade da Lei do Femicídio e avaliar os resultados das políticas públicas do governo federal no combate à violência doméstica. Devem participar da audiência Cheila Marina de Lima, consultora técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde; Carlos Alberto dos Santos Cruz, secretário nacional de Segurança Pública; Jackeline Aparecida Ferreira Romio, pesquisadora; Roberta Astolfi, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Fátima Pelaes, secretária especial de Políticas para Mulheres; Aline Yamamoto, consultora para a área de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da ONU Mulheres; Lia Zanotta Machado, pesquisadora do Nepem-UnB; e Joseanes Santos, ativista da Frente de Mulheres Negras do DF.

Sancionada a lei que aumenta pena para roubo com uso de explosivo

Foi sancionada sem vetos nesta segunda-feira (23) a lei que aumenta a pena para diversas modalidades de roubo, incluindo o de caixas eletrônicos, com o uso de explosivos. O texto também obriga bancos a instalarem dispositivo de inutilização de cédulas em caso de roubo de caixa eletrônico. A lei, sancionada sem vetos, será publicada no *Diário Oficial da União* desta terça-feira (24). O texto tem origem no Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 1/2018 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 149/2015, aprovado no Senado no último dia 27. As novas regras entram em vigor já nesta terça-feira.



[José Medeiros entra com representação no Conselho de Ética contra Gleisi Hoffmann](#)

O senador José Medeiros (Pode-MT) anunciou em Plenário nesta quarta-feira (24) ter protocolado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado uma representação contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) pela entrevista que deu à rede de TV Al Jazeera, com sede no Qatar. No vídeo, Gleisi, que é presidente nacional do PT, afirma que a prisão do ex-presidente Lula tem motivação política e pede a todos que se unam à militância na luta para libertar o ex-presidente.

[CCJ aprova possibilidade de defesa oral de pedido de liminar em mandado de segurança](#)

O advogado poderá ter o direito de fazer a defesa oral de um pedido de liminar na sessão de julgamento de mandado de segurança nos tribunais. Essa possibilidade consta de projeto de lei da Câmara ([PLC 76/2016](#)) aprovado nesta quarta-feira (25) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto segue para análise do Plenário. A proposta altera a Lei 12.016/2009 ([Lei do Mandado de Segurança](#)) para obrigar o relator do processo – nos casos de competência originária dos tribunais – a conceder aos advogados das partes envolvidas a chance de fazer a defesa oral do pedido de liminar. A iniciativa foi considerada adequada pelo relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

[CCJ aprova punição mais rigorosa para presos em fuga](#)

Presos envolvidos em rebeliões que resultem em fuga poderão ser punidos com mais rigor. Com esse intuito, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (25), projeto do senador Raimundo Lira (PSD-PB) que endurece a pena aplicada a tais detentos. A proposta é terminativa na comissão e segue para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para análise em Plenário.

O [PLS 157/2016](#) aumenta a punição prevista no Código Penal ([Decreto-Lei 2.848/1940](#)) pela prática de “evasão mediante violência contra a pessoa”. Atualmente, o preso que tentar fugir ou facilitar a fuga dos demais, usando, para tanto, de atos de violência, poderá ser condenado a detenção de três meses a um ano. Poderá ser punido ainda pela violência praticada.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Presidente do STF e do CNJ participa de reunião sobre monitoramento de prisões](#)

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões foi o principal assunto do encontro realizado na manhã desta segunda-feira (16) entre a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, representantes do CNJ e presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais.

[União tem 30 dias para se manifestar sobre pedido de fechamento da fronteira Brasil-Venezuela](#)

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), fixou prazo de 30 dias para a União se pronunciar quando ao pedido de fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela feito pela



governadora de Roraima, Suely Campos, por meio da Ação Cível Originária (ACO) 3121. A governadora pede a concessão urgente de tutela provisória para impedir a entrada desordenada de cidadãos venezuelanos no Brasil através do Estado de Roraima. A relatora concedeu às partes envolvidas na ação o mesmo prazo de um mês – previsto nos artigos 183 e 335 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 247, parágrafo 1º, do Regimento Interno do STF – para que se manifestem sobre eventual interesse no encaminhamento dos autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), “para a tentativa de composição amigável do litígio”.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

RELATÓRIO DO PROJETO DE LEI QUE PREJUDICAVA OS MILITARES ESTADUAIS E DO DF FOI REJEITADO EM COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

A Comissão de Seguridade social e Família da Câmara dos Deputados discutiu e votou hoje (25/04/18) o PL 1208/2011 - do Senado Federal - Antonio Carlos Valadares - (PLS 385/2008) - que "altera o art. 5º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; e revoga o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003". (Apensado: PL 6987/2013)

PRESIDENTE DA AOPMBMG PASSA PARA A RESERVA REMUNERADA

Na manhã do dia 26 de abril, ocorreu solenidade militar em homenagem ao Cel PM Ailton Cirilo da Silva - Presidente da AOPMBM/MG Associação de Oficiais da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais - filiada a FENEME- em comemoração aos 30 anos de excelentes serviços prestados aos mineiros, e pela sua passagem para o quadro da reserva da PMMG.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 30 de abril de 2018.